



ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Resumo da Ata do comitê de investimentos

A ata da reunião do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência do Município de Itap. da Serra, realizada em 13 de maio de 2026, apresenta uma análise do cenário macroeconômico nacional e internacional, destacando os impactos das tensões geopolíticas envolvendo Irã, Estados Unidos e Oriente Médio, além da manutenção das pressões inflacionárias no Brasil. O documento ressalta a elevação dos núcleos de inflação, o comportamento do Copom e do Federal Reserve, bem como os reflexos desses fatores nos mercados financeiros e no preço do petróleo.

No âmbito financeiro do RPPS, é informado que as receitas previdenciárias seguem superiores às despesas, gerando saldo positivo para constituição de reservas futuras. O Comitê delibera por novas aplicações e resgates na carteira, com destaque para aplicações de R\$ 3 milhões no fundo Caixa Brasil Gestão Estratégica FI RF e R\$ 2 milhões no Caixa Brasil IRF-M 1 TP FI RF, buscando melhor aderência ao cenário econômico e à meta atuarial.

A ata também registra que a carteira está em processo de adequação à Resolução nº 5.272/2025, mantendo boa liquidez e sem desenquadramentos. No fechamento do mês, a rentabilidade acumulada da carteira permanece acima da meta atuarial projetada para 2026. Entre os fundos monitorados, o Comitê destaca o acompanhamento especial do CARE11, diante da forte desvalorização das cotas, baixa liquidez e preocupações relacionadas à governança e transparência do fundo, mantendo a orientação de não realizar novos aportes e adotando medidas jurídicas e regulatórias para acompanhamento do caso.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Participantes: Alex Domingues de Castro Santos
José Roberto dos Santos
Rafael de Jesus Freitas

Reunião realizada 13 de maio de 2026, às 10 horas.

Às dez horas do 13 de maio de 2026, atendendo ao calendário das reuniões, reuniram-se os membros do Comitê abaixo assinados, em atenção ao calendário de reuniões ordinárias preestabelecido. Dando início aos trabalhos, o Superintendente procedeu à leitura da ordem do dia, que passou a ser objeto de análise pelos presentes.

- 1) Cenário Macroeconômico** - Conforme dito em carta mensal anterior, em relação ao Irã, o relógio corria contra Donald Trump, pois, de acordo com a War Powers Resolution (1973), qualquer operação militar iniciada por um presidente americano só pode permanecer ativa por até 60 dias, tendo mais 30 para retirar todas as tropas, sendo necessária uma votação no Congresso para prosseguir por mais tempo. Por isso, no primeiro dia de maio, o presidente argumentou aos Deputados que a Guerra no Irã (tecnicamente apenas uma operação militar, a Epic Fury) efetivamente se “encerrou” com o cessar-fogo aprovado em 07 de abril, não precisando, pois, de autorização para continuá-la, já que seu prazo se encerrou. Poucos dias depois, explosões ocorreram em Dubai e Fujairah, tendo sido as primeiras desde que os ataques cessaram. Com a frágil trégua em xeque e o desespero voltando a tomar conta do mercado, Trump prontamente minimizou o ocorrido, alegando que não houve “grandes danos” e que se tratou apenas de uma “miniguerra”, o Pentágono confirmou posteriormente que não entende os ataques como uma violação, enquanto Israel apenas aguardava autorização para retornar com os bombardeios.

O cessar-fogo, portanto, encontra-se em um curioso estado de “superposição”, vigente e rompido ao mesmo tempo. O Estreito de Ormuz, por sua vez, espelha essa lógica: tecnicamente aberto, mas sob risco latente, simultaneamente seguro e vulnerável, tal como o “Gato de Schroedinger”. Tal experimento mental de física quântica, proposto por Erwin Schrödinger em 1935, conclui que um sistema só revela seu estado real quando é efetivamente observado, ou, neste caso geopolítico, quando alguém se dispõe a atravessar o estreito e testar, na prática, se será ou não bombardeado – que os corajosos se apresentem! Isso explica, portanto, o motivo pelo qual o petróleo seguirá alto enquanto o “Estreito de Schrödinger” permanecer, mesmo com a belicosidade da guerra tendo se reduzido para quase nula. Ou seja, Trump não precisa apenas de um cessar-fogo, mas sim de um acordo para estabilizar de vez a região. O motivo? Recorre-se, então, a algumas estatísticas. De acordo com a última pesquisa conjunta realizada pelo Washington Post-ABC News-Ipsos a taxa de desaprovação de Trump é a maior dentre seus dois mandatos (63%), em linha com níveis vistos durante a Guerra do Vietnã e do Iraque. 66% desaprovam suas medidas militares para com o Irã, incríveis 76% rechaçam suas políticas em relação ao custo de vida e 67% disseram que o país vai na direção errada. Tendo em vista que os Republicanos possuem apenas 3 cadeiras de margem na Câmara, e que casas de aposta apontam alta chance de uma lavada Democrata, é relativamente fácil de entender o porquê de Trump recuar. Enquanto nada é resolvido, quem retorna é a inflação – mas também por outros motivos.

No Brasil, nas variações mensais, o IPCA de março avançou 0,88% (elevando o acumulado em 12 meses para 4,14%, de 3,81%) e o IPCA-15 de abril 0,89%. Ainda que ambos tenham sido bem influenciados por combustíveis, com destaque à gasolina (mesmo sem repasses pela Petrobrás), é notável a piora do qualitativo, que mostra uma crescente deterioração nos núcleos para além de efeitos sazonais e exógenos. Pelo dado mais recente (IPCA-15), as médias móveis em 3 meses anualizadas aos serviços e industriais subjacentes elevaram-se para, respectivamente, 5,7% (5,1% antes) e 5,3% (4,2%), embutindo claro viés altista inflacionário. Viés esse que já se reflete nas próprias expectativas do Bacen. Em seu último encontro (29/04), o Copom cortou os



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

juros em 0,25p.p. – como amplamente esperado –, levando a Selic aos 14,50%a.a., mas elevou sua projeção de inflação no horizonte relevante à política monetária (4º trimestre de 2027) de 3,3% a 3,5%, mesmo com este tendo aumentado em um trimestre. O desconforto do Comitê para com o IPCA é crescente, entendendo que, como dito, a piora recente possui caráter estrutural, e não apenas advém de fatores externos. Obviamente, o ainda alto juro real e a margem de diferencial de juros sem dúvidas permitem novos ajustes baixistas à taxa de juros, mas paulatinamente surge perifericamente no radar nova tendência altista ao futuro. Ainda em políticas monetárias, o Federal Reserve, no mesmo dia do Copom, optou novamente por manter sua taxa de juros em 3,50%-3,75%.

Entretanto, a última reunião de Jerome Powell como presidente da autarquia foi também a mais dividida em 34 anos, com Miran defendendo um corte (como em literalmente todas as votações em que esteve presente, inclusive advogando por magnitudes maiores quando a taxa realmente caiu) e outros 3 membros – Hammack, Kashkari e Logan –, votando pela manutenção, mas afirmando que “não apoiaram a inclusão de um viés de afrouxamento no comunicado”. Considerando que qualquer pessoa que compare o comunicado da reunião anterior com o da atual claramente perceberá que não há qualquer “viés de afrouxamento”, pode-se supor que isso seja uma clara mensagem a Kevin Warsh, o indicado de Trump a assumir o Fed e marido da filha de um dos maiores doadores republicanos e do movimento MAGA (Ronald Lauder), que foi aprovado no Senado, após a Casa Branca abandonar sua investigação criminal contra Powell, conforme requisitado por Senadores que ameaçavam barrar a nomeação caso contrário. A primeira palavra do termo “política monetária” não é à toa... Outro Banco Central que também enfrentou o maior dissenso interno em um bom tempo foi o Banco do Japão que, em sua última reunião (28/04) viu 3 de seus 9 votantes optarem por elevar os juros, em vez de mantê-los (0,75%a.a.), tal como os outros 6. Enquanto Tamura e Takata são notáveis hawks que já divergiram anteriormente do atual Governador Kazuo Ueda, a dissidência da mais dovish Nakagawa, pela primeira vez no mandato atual, evidencia a crescente preocupação de que o BoJ corre o risco de ficar ainda mais atrás da curva ao adiar altas de juros, frente tanto a uma inflação historicamente elevada quanto a fortes pacotes de estímulos fiscais (que não param de favorecer a bolsa local). As contantes intervenções no câmbio, tal como as realizadas por três dias seguidos na virada de abril para maio – aproveitando os feriados da Golden Week – são consequências claras da falta de “mão firme” por parte da autarquia.

Por fim, mas longe de ser menos importante, provando que a economia comportamental não falha, os Emirados Árabes Unidos optaram por deixar a OPEP (e OPEP+) – apenas algo para refletir: é no mínimo interessante que o único país atacado pelo Irã, conforme supracitado, foi justamente este. Sendo um dos principais produtores de petróleo do mundo, com 4,05mb/d (meta de 5mb/d até 2027), trata-se do maior golpe ao cartel petrolífero nas últimas décadas, que depende da cooperação entre seus membros para manter sua influência global. Em um eventual cenário de normalização do Estreito de Ormuz (sem nova destruição considerável de capacidade produtiva), a saída pode funcionar como gatilho para ocorrer um “Dilema dos Prisioneiros” dentre os demais membros: com a coordenação enfraquecida, cada país teria incentivo a elevar sua própria produção para tirar o máximo proveito possível dos altíssimos preços do petróleo.

(Fonte: Carta Mensal, Constância Asset Management, Abril/2026)

2) Evolução da execução Orçamentária do RPPS

Conforme quadro, as arrecadações de contribuições no mês foram maiores que as despesas projetadas, podendo o saldo positivo ser aplicado para constituição de reserva futura. A despesa será menor devido a



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

concessão de benefícios estar abaixo do projetado no cálculo atuarial, mesmo com direito ao benefício previdenciário, a concessão é condicionada ao pedido do servidor, exceto aos que completarem 75 anos que serão aposentados compulsoriamente.

	NO MÊS	NO ANO	RECEITA PREVISTA PARA 2026	RECEITA ATUALIZADA
RECEITAS	6.589.491,96	30.967.857,92	93.688.000,00	93.688.000,00
	NO MÊS	NO ANO	DOTAÇÃO	SALDO 2026
DESPESAS	2.293.621,83	8.759.714,98	93.688.000,00	84.928.285,02
	NO MÊS	NO ANO		
SALDO	4.295.870,13	22.208.142,94		

3) Fluxo de Caixa e Investimentos

Após análise da carteira, do fechamento contábil e conciliação bancária, o Comitê de Investimentos usando das prerrogativas previstas no inciso VI, art. 6º do Regimento Interno, bem como dando continuidade a estratégia de cautela na exposição da carteira, adotada para este ano, deliberou por unanimidade a aplicação de R\$ 11.350.691,59 (Onze milhões, trezentos e cinquenta mil, seiscentos noventa e um reais e cinquenta e nove centavos) e resgates no importe de R\$ 7.239.219,20 (Sete Milhões, duzentos e trinta e nove mil, duzentos e dezenove reais e vinte centavos), conforme discriminação abaixo:

Nº APR	SEGREGAÇÃO	CNPJ	FUNDO	CC	DATA	TIPO	OPERAÇÃO	VALOR
112/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	42.592.315/0001-15	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	125985-7	01/04/2026	2	Resgate	R\$ 236,93
113/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	13.077.415/0001-05	BB FLUXO FIC RF PREVID	65623-2	01/04/2026	2	Resgate	R\$ 750,00
114/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	01/04/2026	2	Resgate	R\$ 15.193,21
115/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	42.592.315/0001-15	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	125985-7	02/04/2026	2	Resgate	R\$ 228,70
116/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	02/04/2026	1	Aplicação	R\$ 405,68
117/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	42.592.315/0001-15	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	125985-7	06/04/2026	2	Resgate	R\$ 101,98
118/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	13.077.415/0001-05	BB FLUXO FIC RF PREVID	65623-2	06/04/2026	2	Resgate	R\$ 25.075,47
119/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	06/04/2026	2	Resgate	R\$ 66.701,23
120/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	13.077.415/0001-05	BB FLUXO FIC RF PREVID	65623-2	07/04/2026	2	Resgate	R\$ 28.405,34
121/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	07/04/2026	2	Resgate	R\$ 265.832,81
122/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	42.592.315/0001-15	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	125985-7	08/04/2026	2	Resgate	R\$ 26,80
123/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	08/04/2026	1	Aplicação	R\$ 114.074,02
124/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	42.592.315/0001-15	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	125985-7	09/04/2026	2	Resgate	R\$ 49,98
125/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	13.077.415/0001-05	BB FLUXO FIC RF PREVID	65623-2	09/04/2026	2	Resgate	R\$ 10.450,00
126/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	09/04/2026	1	Aplicação	R\$ 273,56
127/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	10/04/2026	1	Aplicação	R\$ 389,34
128/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	42.592.315/0001-15	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	125985-7	13/04/2026	2	Resgate	R\$ 45,98
129/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	13.077.415/0001-05	BB FLUXO FIC RF PREVID	65623-2	13/04/2026	2	Resgate	R\$ 11.261,12
130/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	13/04/2026	1	Aplicação	R\$ 392,71
131/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	42.592.315/0001-15	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	125985-7	14/04/2026	2	Resgate	R\$ 415,11
132/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	13.077.415/0001-05	BB FLUXO FIC RF PREVID	65623-2	14/04/2026	2	Resgate	R\$ 456,00
133/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	14/04/2026	2	Resgate	R\$ 37.386,88
134/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	42.592.315/0001-15	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	125985-7	15/04/2026	2	Resgate	R\$ 188,40
135/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	13.077.415/0001-05	BB FLUXO FIC RF PREVID	65623-2	15/04/2026	2	Resgate	R\$ 31.151,49
136/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	15/04/2026	1	Aplicação	R\$ 6.231.192,77
137/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	42.592.315/0001-15	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	125985-7	16/04/2026	2	Resgate	R\$ 393,35
138/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	13.077.415/0001-05	BB FLUXO FIC RF PREVID	65623-2	16/04/2026	2	Resgate	R\$ 28.606,85
139/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	16/04/2026	2	Resgate	R\$ 5.000.000,00
140/2026	PREVIDENCIÁRIO	23.215.097/0001-55	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RF	575270279-4	16/04/2026	1	Aplicação	R\$ 3.000.000,00
141/2026	PREVIDENCIÁRIO	10.740.670/0001-06	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	575270279-4	16/04/2026	1	Aplicação	R\$ 2.000.000,00
142/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	13.077.415/0001-05	BB FLUXO FIC RF PREVID	65623-2	23/04/2026	2	Resgate	R\$ 5.521,60
143/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	23/04/2026	1	Aplicação	R\$ 1.075,60
144/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	13.077.415/0001-05	BB FLUXO FIC RF PREVID	65623-2	24/04/2026	2	Resgate	R\$ 1.446,51
145/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	24/04/2026	1	Aplicação	R\$ 531,83
146/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	42.592.315/0001-15	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	125985-7	28/04/2026	2	Resgate	R\$ 438,28
147/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	28/04/2026	1	Aplicação	R\$ 2.347,09
148/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	42.592.315/0001-15	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	125985-7	29/04/2026	1	Aplicação	R\$ 8,99
149/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	13.077.415/0001-05	BB FLUXO FIC RF PREVID	65623-2	29/04/2026	2	Resgate	R\$ 8.133,60
150/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	29/04/2026	2	Resgate	R\$ 1.577.171,62
151/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	13.077.415/0001-05	BB FLUXO FIC RF PREVID	65623-2	30/04/2026	2	Resgate	R\$ 101.699,22
152/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	30/04/2026	2	Resgate	R\$ 21.850,74



4) DELIBERAÇÕES DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

APLICAÇÕES

CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RF R\$ 3.000.000,00

Por unanimidade decidimos pela aplicação - Aplicação realizada no fundo, por apresentar uma boa performance para o atual Cenário Econômico e, para adequação a busca do cumprimento da meta atuarial. Os recursos da aplicação serão resgatados do fundo CAIXA BR DISPONIBILIDADES

CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF R\$ 2.000.000,00

Por unanimidade decidimos pela aplicação - Aplicação realizada no fundo, por apresentar uma boa performance para o atual Cenário Econômico e, para adequação a busca do cumprimento da meta atuarial. Os recursos da aplicação serão resgatados do fundo CAIXA BR DISPONIBILIDADES

CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF

Fundo de investimentos de resgate e aplicação automático vinculado a conta movimento do RPPS.

BB FLUXO FIC FI PREVID

Utilização dos recursos da taxa administrativa.

BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO

Utilização dos recursos da taxa administrativa.

RESGATES

CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF

Fundo de investimentos de resgate e aplicação automático vinculado a conta movimento do RPPS.

BB FLUXO FIC FI PREVID

Utilização dos recursos da taxa administrativa.

BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO

Utilização dos recursos da taxa administrativa.

Repassa das contribuições dos entes - Estima-se o recebimento de aproximadamente R\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de reais) que serão utilizados aproximadamente R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos reais) para pagamento de benefícios e custeio do RPPS. O Saldo restante ficará aplicado no fundo CX BR DISPONIBILIDADE para futura diversificação da carteira.

5). Outras análises

A carteira do RPPS está em processo de readequação da carteira a nova resolução Nº 5272/2025 que regulamenta os investimentos dos RPPS.

Conforme levantamento realizado a carteira do RPPS possui no fechamento do mês 67,38% de liquidez em até 30 dias, permitindo a manutenção do portfólio em casos de mudanças no cenário econômico;



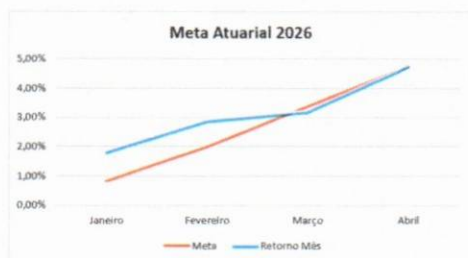
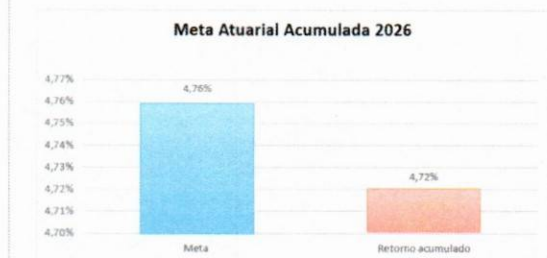
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Não há desenquadramento ativo ou ativos em liquidação na carteira do RPPS;

No fechamento do mês, a carteira de investimentos encontra-se com rentabilidade **ACIMA** da meta atuarial acumulada projetada.

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno no Mês	Retorno Mês	Meta	Retorno acumulado	Retorno acum.	Meta acum.	Gap (%)
Janeiro	524.232.239,07	25.119.182,76	16.025.392,97	542.974.346,11	9.640.621,14	1,81%	0,79%	9.640.621,14	1,81%	0,79%	229,11%
Fevereiro	542.974.346,11	7.000.000,00	2.922.126,04	552.599.496,83	5.547.881,77	1,06%	1,16%	15.188.502,91	2,88%	1,97%	146,19%
Março	552.599.496,83	9.980.855,70	5.882.042,86	558.117.180,49	1.714.470,83	0,30%	1,34%	16.902.973,74	3,20%	3,35%	95,52%
Abril	558.117.180,49	11.350.691,59	7.239.219,20	570.716.965,44	8.488.912,56	1,52%	1,14%	25.391.286,30	4,76%	4,72%	100,85%



Retorno obtido no mês	1,52%
Meta atuarial do mês	1,14%
Retorno da carteira em 2026	4,76%
Meta atuarial acumulada de 2026	4,72%

RECURSOS PREVIDENCIARIOS	556.797.007,69
RECURSOS TAXA ADMINISTRATIVA	13.919.957,75
TOTAL DE RECURSOS ITAPREV	570.716.965,44

GESTOR	Produto / Fundo	RESOLUÇÃO - 3.922 / 4.392 / 4.604	SEGMENTO	Retorno 2026	Meta 2026	Segmento
3RADESCO	BRADESCO DIVIDENDOS RESP LIMITADA FIF AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	17,41%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO
3SANTANDER	SANTANDER DIVIDENDOS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	13,92%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO
3FINACAP	FINACAP MAURITSSAD FI AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	12,38%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO
3RIOBRABO	RIO BRABO PROTEÇÃO PORTIFOLIO RESP LIMITADA FIF MULTIMERCADO	Artigo 10º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	10,20%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO
3CONSTANCIA	CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FI AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	8,33%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO
3TAÚ	ITAU S&P500 BRL RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	7,66%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO
3CAIXA	CAIXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP	Artigo 10º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	7,57%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO
3CATU	ICATU VANGUARDA IGARATÉ LONG BIASED FI MULTIMERCADO	Artigo 10º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	6,72%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO
3B	BB TP VERTICE 2026 RESP.LIMITADA RF PREVIDENCIÁRIO	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENTA FIXA	5,99%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO
3QUELUZ	QLZ MOS FI AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	5,74%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO
3CAIXA	CAIXA BRASIL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENTA FIXA	5,36%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO
3CAIXA	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENTA FIXA	5,16%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO
3B	BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENTA FIXA	5,15%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO
3B	BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENTA FIXA	5,11%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO
3RADESCO	BRADESCO LETRA FINANCEIRA 2027 IPCA + 8,33%	Artigo 7º, Inciso IV	RENTA FIXA	5,06%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO
3TAÚ	ITAU LETRA FINANCEIRA 2027 IPCA + 8,31%	Artigo 7º, Inciso IV	RENTA FIXA	5,05%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO
3B	BB TÍTULOS PÚBLICOS VERTICE 2028 RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENTA FIXA	5,03%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO
3TAÚ	ITAU LETRA FINANCEIRA 2028 IPCA + 8,21%	Artigo 7º, Inciso IV	RENTA FIXA	5,01%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO
3TAÚ	ITAU LETRA FINANCEIRA 2029 IPCA + 7,95%	Artigo 7º, Inciso IV	RENTA FIXA	4,94%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO
3DAYCOVAL	DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2030 IPCA + 8,28%	Artigo 7º, Inciso IV	RENTA FIXA	4,87%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO
3ZQUEST	AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	4,85%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO
3RADESCO	BRADESCO LETRA FINANCEIRA 2030 IPCA + 7,75%	Artigo 7º, Inciso IV	RENTA FIXA	4,85%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO
3B	BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RF PREVIDENCIÁRIO	Artigo 7º, Inciso III, Alínea 'a'	RENTA FIXA	4,76%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO
3B	BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENTA FIXA	4,76%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO
3DAYCOVAL	DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2026 IPCA + 7,23%	Artigo 7º, Inciso IV	RENTA FIXA	4,72%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO
3SANTANDER	SANTANDER LETRA FINANCEIRA 2029 IPCA + 7,52%	Artigo 7º, Inciso IV	RENTA FIXA	4,70%	4,52%	PREVIDENCIÁRIO



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

SANTANDER	SANTANDER LETRA FINANCEIRA 2030 IPCA + 7,50%	Artigo 7º, Inciso IV	RENDA FIXA	4,69%	4,52%	PREVIDENCIARIO
DAYCOVAL	DAYCOVAL CLASSIC TITULOS BANCARIOS FI RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	Artigo 7º, Inciso V, Alínea 'b'	RENDA FIXA	4,63%	4,52%	PREVIDENCIARIO
SICREDI	SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RF LP	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENDA FIXA	4,59%	4,52%	PREVIDENCIARIO
DAYCOVAL	DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2027 IPCA + 7,08%	Artigo 7º, Inciso IV	RENDA FIXA	4,59%	4,52%	PREVIDENCIARIO
3B	BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIARIO LP	Artigo 7º, Inciso III, Alínea 'a'	RENDA FIXA	4,55%	4,52%	TX. ADMINISTRATIVA
3B	BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIARIO LP	Artigo 7º, Inciso III, Alínea 'a'	RENDA FIXA	4,55%	4,52%	PREVIDENCIARIO
DAYCOVAL	DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2029 IPCA + 7,10%	Artigo 7º, Inciso IV	RENDA FIXA	4,50%	4,52%	PREVIDENCIARIO
SOMMA	SOMMA TORINO FI RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	Artigo 7º, Inciso V, Alínea 'b'	RENDA FIXA	4,44%	4,52%	PREVIDENCIARIO
DAYCOVAL	DAYCOVAL CLASSIC FI RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	Artigo 7º, Inciso V, Alínea 'b'	RENDA FIXA	4,41%	4,52%	PREVIDENCIARIO
CLARITAS	CLARITAS FI RENDA FIXA CREDITO PRIVADO LP	Artigo 7º, Inciso V, Alínea 'b'	RENDA FIXA	4,40%	4,52%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA BRASIL 2030 II TITULOS PUBLICOS FI RENDA FIXA	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENDA FIXA	4,38%	4,52%	PREVIDENCIARIO
SANTANDER	SANTANDER LETRA FINANCEIRA 2029 IPCA + 6,30%	Artigo 7º, Inciso IV	RENDA FIXA	4,31%	4,52%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA BRASIL IMA GERAL TP RF LP	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENDA FIXA	4,29%	4,52%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	Artigo 7º, Inciso III, Alínea 'a'	RENDA FIXA	4,23%	4,52%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENDA FIXA	4,19%	4,52%	PREVIDENCIARIO
SANTANDER	SANTANDER LETRA FINANCEIRA 2026 IPCA + 5,93%	Artigo 7º, Inciso IV	RENDA FIXA	4,19%	4,52%	PREVIDENCIARIO
3B	BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	Artigo 7º, Inciso III, Alínea 'a'	RENDA FIXA	4,01%	4,52%	TX. ADMINISTRATIVA
CAIXA	CAIXA JUROS E MOEDAS FI MULTIMERCADO LP	Artigo 10º, Inciso I	RENDA VARIÁVEL	3,92%	4,52%	PREVIDENCIARIO
ITAÚ	ITAÚ INSTITUCIONAL JANEIRO RESP LIMITADA FIF CIC RF LP	Artigo 7º, Inciso III, Alínea 'a'	RENDA FIXA	3,65%	4,52%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA BRASIL ATIVA FIC RENDA FIXA LP	Artigo 7º, Inciso III, Alínea 'a'	RENDA FIXA	3,64%	4,52%	PREVIDENCIARIO
SANTANDER	SANTANDER LETRA FINANCEIRA 2028 IPCA + 6,29%	Artigo 7º, Inciso IV	RENDA FIXA	3,58%	4,52%	PREVIDENCIARIO
	SANTANDER IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENDA FIXA	3,52%	4,52%	PREVIDENCIARIO
4UM	4UM SMALL CAPS FI AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIÁVEL	3,42%	4,52%	PREVIDENCIARIO
3B	BB AUTOMATICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	Artigo 7º, Inciso III, Alínea 'a'	RENDA FIXA	3,39%	4,52%	TX. ADMINISTRATIVA
CAIXA	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FI RENDA FIXA	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENDA FIXA	3,20%	4,52%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA BRASIL IDKA PRÉ 2A FIC RENDA FIXA LP	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENDA FIXA	2,88%	4,52%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RENDA FIXA	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	RENDA FIXA	2,69%	4,52%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA CAPITAL PROTEGIDO IBOVESPA CICLICO I RESP.LIMITADA	Artigo 10º, Inciso I	RENDA VARIÁVEL	0,99%	4,52%	PREVIDENCIARIO
3B	BB AÇÕES GLOBAIS FIC AÇÕES BDR NIVEL I	Artigo 9º, Inciso III	RENDA VARIÁVEL	-4,39%	4,52%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA INSTITUCIONAL BDR NIVEL I FI AÇÕES	Artigo 9º, Inciso III	RENDA VARIÁVEL	-4,63%	4,52%	PREVIDENCIARIO
ION	BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES FII - CARE11	Artigo 11º	RENDA VARIÁVEL	-22,96%	4,52%	PREVIDENCIARIO

32	Fundos acima da meta atuarial no ano
22	Fundos abaixo da meta atuarial no ano
3	Fundos com rendimento Negativo no ano
57	Total Fundos investidos

56,14%	Fundos da carteira acima da meta atuarial no ano
38,60%	Fundos da carteira abaixo da meta atuarial no ano
5,26%	Fundos da carteira com rendimento negativo no ano

Retorno acumulado 2015 a 2026

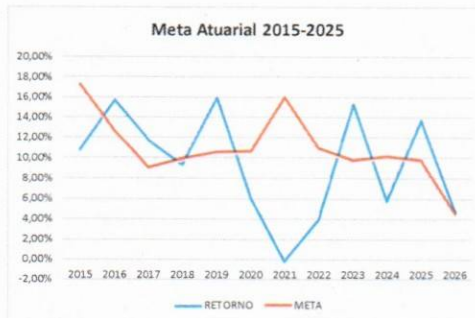


INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

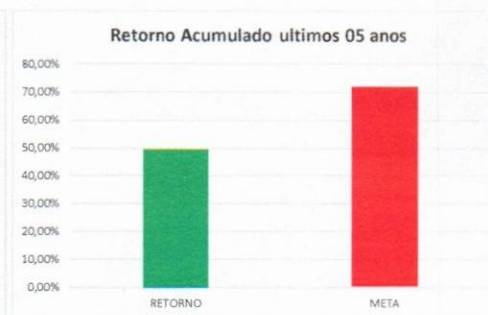
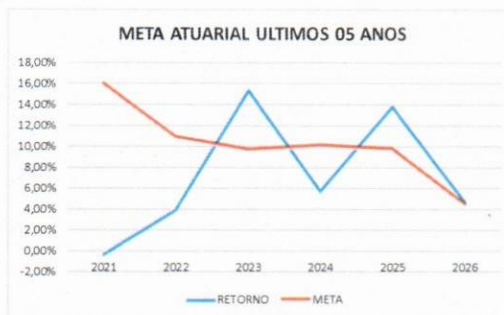
	RETORNO	META	
2015	10,91%	17,26%	ABAIXO
2016	15,83%	12,64%	ACIMA
2017	11,82%	9,04%	ACIMA
2018	9,41%	9,92%	ABAIXO
2019	16,05%	10,59%	ACIMA
2020	6,05%	10,63%	ABAIXO
2021	-0,18%	16,01%	ABAIXO
2022	4,02%	10,93%	ABAIXO
2023	15,40%	9,75%	ACIMA
2024	5,82%	10,16%	ABAIXO
2025	13,85%	9,77%	ACIMA
2026	4,76%	4,52%	ACIMA

Retorno	meta
113,74%	131,22%



	RETORNO	META	
2021	-0,18%	16,01%	ABAIXO
2022	4,02%	10,93%	ABAIXO
2023	15,40%	9,75%	ACIMA
2024	5,82%	10,16%	ABAIXO
2025	13,85%	9,77%	ACIMA
2026	4,76%	4,52%	ACIMA

Retorno	meta
49,72%	71,77%



6) Credenciamento

Distribuidores

Não ocorreram novos credenciamentos/Renovação

Gestores

Rio Bravo investimentos LTDA/Renovação

Administradores

Banco Santander/Renovação

Banco Bradesco/renovação

7) ACOMPANHAMENTO DOS FUNDOS QUE APRESENTAM COTA NEGATIVA

Conforme discutido em reuniões anteriores e com base na análise contínua da carteira e nos relatórios emitidos pela consultoria de investimentos, identificamos fundos que, no presente exercício, mantêm cotas negativas. Além disso, foram observados fundos que, apesar de apresentarem desempenho satisfatório no período atual, tiveram, em exercícios passados, fatores que justificam um acompanhamento diferenciado.

Os membros do Comitê de Investimentos, cientes da volatilidade inerente ao cenário econômico e do impacto direto que tal volatilidade exerce sobre os ativos de renda variável, deliberaram pela manutenção do monitoramento rigoroso desses fundos. O objetivo é avaliar continuamente a evolução desses investimentos e estar preparados para implementar estratégias de saída ou redução de posição, caso a situação não apresente sinais de recuperação substancial no curto a médio prazo.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

QUELUZ VALOR FIA/QLZ MOS FI AÇÕES

O MOS INSTITUCIONAL FIA registrou rentabilidade de -0,49% no último mês, enquanto o Índice Bovespa recuou -0,08% e o índice Small Caps -3,16%. No acumulado do ano, o fundo apresenta retorno de +5,74%, ante +16,26% do Ibovespa e +2,41% do Small Caps. As principais contribuições positivas vieram de Hapvida (+1,08%), Eneva (+0,63%) e Ultra (+0,38%). Os hedges contribuíram com +0,59%. Do outro lado, os principais detratores foram Suzano (-0,91%), Yduqs (-0,70%) e MRV (-0,58%). Abril é tradicionalmente o mês das AGO's (Assembleia Geral Ordinária) e, como investidores em empresas, o gestor do fundo tem participado das votações com o intuito de contribuir para decisões mais alinhadas aos interesses dos acionistas (particularmente minoritários). Em relação ao portfólio, o gestor mantém uma exposição a ações em 94%, com 42% do capital concentrado nas cinco maiores posições. Simultaneamente, tem preservado as estruturas de hedge, que se mostram fundamentais para proteger o portfólio e mitigar impactos diante da alta incerteza geopolítica.

QUELUZ VALOR FIA / QLZ MOS FIA			
SALDO APLICADO			
jun/21	R\$ 2.000.000,00	RETORNO R\$	RETORNO %
dez/21	R\$ 1.473.368,06	-R\$ 526.631,94	-26,32%
dez/22	R\$ 1.067.511,75	-R\$ 405.856,31	-46,62%
dez/23	R\$ 1.459.262,88	R\$ 391.751,13	-27,04%
dez/24	R\$ 1.202.465,84	-R\$ 256.797,04	-39,88%
dez/25	R\$ 1.491.509,16	R\$ 32.246,28	-25,42%
abr/26	R\$ 1.577.158,91	R\$ 374.693,07	-21,14%
RESULTADO DA APLICAÇÃO		-R\$ 390.594,81	-21,14%

EVENTO FELIPE TAYLOR

	DATA	VALOR DA COTA	QTD DE COTAS	VALOR R\$	
Aplicação Inicial	09/06/2021	3,2946517	607044,44114680	2.000.000,00	
dia anterior	13/10/2022	2,6806633	607044,44114680	1.627.281,75	A RECUPERAR
fechamento do dia	14/10/2022	1,8772186	607044,44114680	1.139.555,12	- 487.726,64
cota atual	30/04/2026	175,8939097	8966,53504580	1.577.158,91	- 50.122,85

Ainda há um saldo a recuperar do ocorrido em outubro/2022, apesar dos esforços da nova equipe de gestão do fundo, a volatilidade do cenário econômico da renda variável brasileira ainda impede um retorno positivo de toda a indústria de fundos do mercado.

BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES FII

O principal destaque do CARE11 em abril de 2026 foi a continuidade da forte desvalorização das cotas e o aumento das discussões sobre a estrutura e governança do fundo.

Entre os acontecimentos mais relevantes do período:

- O fundo seguiu negociando com desconto extremamente elevado frente ao valor patrimonial, com P/VP próximo de 0,11, um dos menores do mercado de FIIs.
- Em abril/2026, o CARE11 registrou baixa liquidez no mercado secundário, com volume financeiro reduzido e pouca participação institucional, reforçando o perfil especulativo do ativo.
- O fundo permaneceu sem distribuição recorrente de rendimentos em 2026, mantendo a preocupação dos investidores quanto à geração de caixa e previsibilidade operacional. O último rendimento relevante continua sendo referente a 2021.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

- Continuaram repercutindo no mercado as mudanças aprovadas anteriormente pelos cotistas, especialmente:
 - troca da administradora para a Mérito DTVM;
 - autorização para recompra de cotas;
 - reorganizações operacionais do fundo.
- O mercado também manteve atenção sobre a exposição do fundo ao Grupo Cortel, operador do segmento funerário e cemiterial, que representa parcela relevante dos ativos do CARE11.
- Persistiram críticas de analistas e investidores quanto à baixa transparência do fundo, especialmente pela escassez de relatórios gerenciais detalhados e comunicação limitada com o mercado.
- Apesar das dificuldades, alguns investidores continuam enxergando potencial especulativo devido:
 - ao desconto patrimonial extremo;
 - possibilidade futura de destravamento de valor dos ativos;
 - consolidação do setor funerário/death care no Brasil.

O Comitê registrou que o CARE11 permanece sob acompanhamento especial, mantendo-se a diretriz de não realizar novos aportes e de conduzir o tema com foco em solução jurídico-regulatória. No período, foi formalizada a contratação de assessoria jurídica especializada em mercado de capitais junto ao escritório Hirtácides Advogados Associados (Contrato nº 02/2026 – Inexigibilidade nº 08/2026), com escopo voltado ao caso CARE11, abrangendo diagnóstico jurídico-regulatório, apuração de deveres fiduciários, elaboração de relatórios, atuação perante CVM/TCE-SP/SPPRE/MP, suporte em assembleias, treinamento do Comitê e emissão de parecer jurídico conclusivo, nos termos contratados.

Em decorrência dessa contratação, o Comitê consignou que já foram iniciadas diligências orientadas pelo escritório, incluindo a elaboração, em conjunto com a assessoria, de minuta de consulta técnica a ser amadurecida internamente antes de qualquer protocolo, com vistas a obter direcionamento regulatório sobre o enquadramento do veículo (FII vs. FIP) e alternativas para adequação do fundo ao perfil de cotistas RPPS e endereçamento de medidas de governança, preservando os interesses do ITAPREV e a adequada prestação de contas.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Saldo aplicado	Qtd de Cotas
2.088.401,95	46.668,0000000

Saldo fechamento Abril/2026	
Cota de Mercado	Cota Patrimonial
4,16	34,525848
R\$ 194.138,88	R\$ 34,53
Rentabilidade em R\$	-R\$ 1.894.263,07
	-R\$ 2.088.367,42

DIVIDENDOS	
2018	41.772,93
2019	
2020	19.274,21
2021	11.414,37
2022	
2023	
2024	
2025	
2026	



MÊS	VALOR DA APLICAÇÃO
JUL/2018	1.999.999,75
NOV/2018	2.088.401,95
DEZ/2018	2.006.732,60
DEZ/2019	1.505.049,45
DEZ/2020	816.693,50
DEZ/2021	646.354,57
DEZ/2022	658.021,62
DEZ/2023	319.677,17
DEZ/2024	324.343,99
DEZ/2025	252.008,28
Abr/2026	194.138,88





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SEI
ESTADO DE SÃO PAULO

8) Análise de risco da Carteira

Fundo	Benchmark	Rent. Mês (%)	Rent. 12m (%)	VaR Mês (%)	VaR Ano (%)	Vol. Mês (%)	Vol. 12m (%)	Treynor Mês	Ti
CARTEIRA	=meta	1,520566318	14,74636444	1,366360511	4,733211653	0,816296977	2,349587976	0,403854199	0
BB IMA-B 5 FIC RF PREVID...	IMA-B 5	1,30%	11,80%	0,01%	0,03%	0,51%	1,76%	2,40	-5
BB IMA-B TP FI RF	IMA-B	1,79%	12,52%	0,02%	0,07%	1,22%	4,24%	3,50	-1
BB IDKA 2 TP FI RF...	IDKA IPCA 2A	1,22%	11,91%	0,01%	0,03%	0,47%	1,63%	1,50	-5
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC...	IMA Geral ex-C	1,18%	14,59%	0,00%	0,01%	0,09%	0,32%	4,36	-3
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA...	IPCA	1,21%	11,22%	0,01%	0,04%	0,64%	2,22%	1,20	-4
BB PREVIDENCIÁRIO RF...	IPCA	1,45%	13,64%	0,00%	0,01%	0,23%	0,81%	304,39	-1
BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO...	CDI	0,85%	10,91%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	8.213,49	30
CAIXA BRASIL IMA GERAL TP FI...	IMA Geral	1,30%	13,67%	0,01%	0,03%	0,50%	1,72%	2,11	-1
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI...	IMA-B 5	1,30%	11,77%	0,01%	0,03%	0,51%	1,77%	2,49	-5
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RF	IMA Geral ex-C	0,83%	12,31%	0,01%	0,05%	0,81%	2,80%	0,85	-1
CAIXA FIC BRASIL IDKA PRE 2A...	IDKA PRÉ 2A	1,00%	12,22%	0,01%	0,05%	0,88%	3,05%	-0,44	-1
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES...	CDI	0,53%	6,94%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	1.380,23	-3
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI...	IRF-M 1	0,99%	13,57%	0,00%	0,01%	0,09%	0,32%	-3,67	-6
CAIXA BRASIL 2027 TP FI RF	IPCA	1,21%	12,20%	0,02%	0,07%	1,22%	4,22%	3,64	-2
CAIXA BRASIL 2030 II TÍTULOS PÚBLICOS...	IPCA	1,28%	10,31%	0,03%	0,09%	1,66%	5,74%	1,06	-5
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI RENDA FIXA...	CDI	1,07%	12,88%	0,00%	0,00%	0,01%	0,03%	-469,29	2
SANTANDER FI IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS RENDA...	IRF-M	1,24%	4,06%	0,02%	0,05%	0,94%	3,25%	0,70	-1
BB PERFIL FIC RF REF DI...	CDI	1,08%	14,90%	0,00%	0,00%	0,01%	0,05%	6,08	1
BB FLUXO FIC RF PREVID	CDI	1,01%	13,48%	0,00%	0,00%	0,01%	0,04%	-1.565.908,31	6
CAIXA BRASIL FI RF REF DI...	CDI	1,10%	14,42%	0,00%	0,00%	0,01%	0,04%	-2,96	-1
CAIXA BRASIL ATIVA FIC RENDA FIXA...	CDI	1,10%	11,40%	0,01%	0,03%	0,51%	1,75%	0,14	-4
ITAU INSTITUCIONAL JANEIRO...	CDI	1,03%	9,02%	0,01%	0,02%	0,38%	1,32%	-0,75	-7
CLARITAS FI RF CRÉDITO PRIVADO LP	CDI	0,90%	14,83%	0,00%	0,01%	0,11%	0,38%	27,48	-7
SOMMA TORINO FI RF CP LP	CDI	0,92%	14,80%	0,00%	0,00%	0,08%	0,29%	-211,29	3
DAYCOVAL CLASSIC FI RF CRÉDITO	CDI	1,01%	14,87%	0,00%	0,00%	0,03%	0,10%	25,42	1

21
RDT
dln



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SEI
ESTADO DE SÃO PAULO

PRIVADO									
DAYCOVAL CLASSIC TÍTULOS BANCÁRIOS FIF RENDA...	CDI	1,10%	15,15%	0,00%	0,00%	0,01%	0,04%	-10,57	-1
4UM SMALL CAPS FI AÇÕES	SMLL	-1,07%	12,64%	0,09%	0,30%	5,31%	18,38%	-2,02	-2
BRANCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	IDIV	1,15%	26,03%	0,07%	0,26%	4,51%	15,62%	-0,52	3
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC...	SMLL	-2,20%	22,68%	0,10%	0,36%	6,36%	22,02%	-2,53	6
CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FI AÇÕES	IBOVESPA	-2,81%	18,50%	0,08%	0,28%	4,83%	16,73%	-3,57	4
SANTANDER DIVIDENDOS FIC AÇÕES	IDIV	-0,99%	26,40%	0,07%	0,25%	4,36%	15,10%	-2,18	2
QLZ MOS FIA	IBOVESPA	-0,49%	14,05%	0,08%	0,26%	4,64%	16,08%	-2,61	-0
ITAÚ ACOES S&P500 BRL RESP LTDA	S&P 500	11,28%	9,71%	0,06%	0,20%	3,55%	12,29%	20,08	7
FINACAP MAURITSSTAD FI AÇÕES	IBOVESPA	-0,46%	36,13%	0,08%	0,27%	4,81%	16,67%	-1,46	2
BB AÇÕES GLOBAIS FIC AÇÕES BDR...	GLOBAL BDRX	8,47%	15,65%	0,06%	0,22%	3,90%	13,51%	23,32	6
CAIXA INSTITUCIONAL BDR...	GLOBAL BDRX	7,91%	21,25%	0,07%	0,23%	3,96%	13,73%	30,64	-1
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO IBOVESPA CÍCLICO FIC...	IBOVESPA	1,13%	4,14%	0,03%	0,09%	1,66%	5,76%	0,46	-4
CAIXA BOLSA AMERICANA...	S&P 500	11,28%	41,38%	0,06%	0,20%	3,55%	12,30%	20,02	7
RIO BRAVO PROTEÇÃO...	IPCA	3,75%	23,28%	0,04%	0,14%	2,38%	8,26%	4,81	2
ICATU VANG IGARATE LONG BIASED FIM...	IBOVESPA	1,94%	18,78%	0,04%	0,13%	2,20%	7,64%	2,08	8
CAIXA JUROS E...	CDI	1,27%	13,46%	0,01%	0,02%	0,43%	1,47%	2,38	-2
BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES...	IFIX	-10,54%	-31,80%	2,58%	8,92%	156,60%	542,47%	-	-

A 120



9) Assuntos Gerais:

O mês de abril de 2026 foi marcado por recuperação parcial do otimismo nos mercados financeiros, beneficiando novamente boa parte das carteiras dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). O período apresentou melhora no desempenho dos ativos de risco, estabilidade relativa na renda fixa e continuidade das discussões sobre o início do ciclo de redução da taxa Selic.

Na renda fixa, o mercado apresentou comportamento mais estável em relação à volatilidade observada em março. Os títulos públicos indexados à inflação e os prefixados voltaram a registrar desempenho positivo em diversos vértices da curva, favorecidos pela redução parcial das tensões nos mercados e pela melhora das expectativas em relação ao cenário fiscal e monetário. Os ativos pós-fixados permaneceram entregando rentabilidade elevada em função da manutenção da taxa Selic em patamar ainda elevado, próxima de 15% ao ano. Para os RPPS, as carteiras de renda fixa continuaram sendo o principal fator de estabilidade e geração de resultado no acumulado do ano.

Na renda variável, abril apresentou recuperação importante. O Ibovespa voltou a registrar valorização, impulsionado principalmente pela retomada do fluxo estrangeiro, melhora do ambiente externo e expectativa de redução gradual dos juros nos próximos meses. Setores ligados ao consumo interno, bancos e empresas exportadoras tiveram desempenho positivo no período. Os fundos multimercados também apresentaram melhora de performance, especialmente aqueles com exposição moderada a bolsa e juros. Para os RPPS com estratégia diversificada, o mês contribuiu positivamente para a rentabilidade consolidada das carteiras.

No mercado de câmbio, o real voltou a apresentar valorização frente ao dólar, acompanhando o movimento de entrada de capital estrangeiro e melhora da percepção de risco sobre mercados emergentes. A moeda norte-americana apresentou acomodação ao longo do mês, reduzindo parte das pressões observadas em março. Esse movimento trouxe impacto moderadamente negativo para investimentos atrelados ao dólar e ativos no exterior sem proteção cambial.

Em relação à inflação, os indicadores continuaram demonstrando desaceleração gradual, apesar de algumas pressões pontuais em determinados grupos de preços. O mercado manteve expectativa de inflação relativamente controlada para o encerramento de 2026, fortalecendo a percepção de que o Banco Central poderá iniciar um processo gradual de redução dos juros nos próximos meses. Esse cenário favoreceu novamente os ativos de renda fixa de médio e longo prazo.

No âmbito da política monetária, abril foi marcado pela continuidade do debate sobre o início do ciclo de flexibilização monetária. Embora o Banco Central tenha mantido postura cautelosa, parte relevante do mercado passou a enxergar maior probabilidade de cortes na Selic ainda no primeiro semestre de 2026, desde que o cenário inflacionário continue evoluindo de forma favorável.

No cenário internacional, houve redução parcial da aversão ao risco observada nos meses anteriores. Os mercados globais apresentaram recuperação moderada, embora ainda permanecessem atentos às tensões geopolíticas, aos preços das commodities e à condução da política monetária nas principais economias do mundo. Esse ambiente trouxe melhora para ativos emergentes, incluindo o Brasil.

De forma consolidada, abril de 2026 foi um mês favorável para os RPPS, especialmente para carteiras equilibradas entre renda fixa e renda variável. A manutenção de juros elevados continuou garantindo boa rentabilidade aos ativos conservadores, enquanto a melhora dos mercados de risco contribuiu para recuperação adicional da performance das carteiras mais diversificadas. O período reforçou a importância da diversificação, da gestão ativa dos investimentos e da manutenção de estratégias alinhadas ao perfil atuarial e às diretrizes da política de investimentos dos RPPS.



1) Títulos Públicos

O Comitê de Investimentos vem discutindo e estruturando a operacionalização da compra direta de “títulos puros”, em especial NTN-Bs e demais títulos públicos federais compatíveis com o passivo atuarial do instituto, observando as diretrizes da Resolução CMN nº 4.963/2021 e as alterações promovidas pela Resolução CMN nº 5.272/2025.

A busca pela aquisição direta de títulos públicos federais, que já vinha sendo programada pelo Comitê de Investimentos, tornou-se ainda mais necessária diante do novo ambiente regulatório e macroeconômico. Enquanto os títulos públicos permanecem sendo negociados acima da meta atuarial do RPPS, o atual momento é considerado estratégico para travamento de taxas reais elevadas de longo prazo.

O Comitê entende que os investimentos realizados neste momento reduzem significativamente o risco de reinvestimento futuro, especialmente considerando as projeções de queda da taxa SELIC nos próximos ciclos econômicos. Caso o cenário de redução estrutural dos juros se confirme e não ocorram alterações futuras na regulamentação permitindo maior diversificação de ativos aos RPPS, existe o risco de que os recursos atualmente investidos em aplicações de curto prazo sejam reinvestidos futuramente em taxas inferiores à meta atuarial.

Dessa forma, a aquisição direta de títulos públicos com carregamento até o vencimento passa a ser instrumento fundamental de:

- Proteção atuarial;
- Previsibilidade de fluxo financeiro;
- Redução do risco de reinvestimento;
- Alongamento da duration da carteira;
- Compatibilização entre ativos e passivos previdenciários;
- Redução da volatilidade da carteira;
- Captura de taxas reais historicamente elevadas.

Durante o 8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS, realizado na cidade de Florianópolis nos dias 04, 05 e 06 de março de 2026, o Comitê de Investimentos conheceu a plataforma TRADEMATE da B3, solução operacional voltada à negociação de títulos públicos federais e aderente às exigências da Resolução CMN nº 5.272/2025.

Segundo o entendimento do Comitê, a plataforma tende a proporcionar:

- Maior transparência nas negociações;
- Segurança operacional;
- Rastreabilidade das operações;
- Padronização dos processos;
- Maior competitividade e justiça na formação de preços;
- Mitigação de riscos operacionais.

O comitê de investimentos ainda discutirá o início do processo de contratação da plataforma, considerando que não haverá custos operacionais até junho de 2027. O Comitê ainda participou de nova apresentação técnica da plataforma, programada para 26/03/2026, ocasião em que foram demonstradas de forma mais detalhada todas as funcionalidades operacionais, fluxos de negociação, integração com custódia e controles exigidos pela regulamentação dos RPPS.

Paralelamente, o instituto dará início aos estudos:

- Ao processo de contratação do custodiante dos títulos públicos federais;



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

- Ao credenciamento das instituições financeiras habilitadas pela Resolução CMN nº 5.272/2025 para negociação com RPPS;
- À liberação e parametrização de usuários junto às instituições;
- À elaboração do estudo de ALM (Asset Liability Management), visando adequar a carteira de investimentos ao passivo atuarial do regime.

O conjunto das medidas demonstra evolução da governança do RPPS e alinhamento às melhores práticas de gestão previdenciária, especialmente no que se refere à gestão integrada entre ativo e passivo atuarial.

Além disso, a estratégia reforça o posicionamento conservador já identificado nos documentos públicos do ITAPREV, nos quais o Comitê de Investimentos prioriza:

Segurança institucional;
Qualidade operacional;
Aderência regulatória;
Mitigação de riscos;
Previsibilidade de longo prazo;
Preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio.

Paralelamente a contratação do sistema TRADEMATE, em reunião realizada com os representantes da CAXA ASSET, foi abordado o tema da carteira administrada de títulos públicos federais, com a carteira administrada o RPPS teria a redução da demanda operacional de credenciamento, cotações e registros de diversas instituições e teria contrato com somente a CAIXA econômica para aquisição destes títulos públicos federais, o RPPS somente indicaria o volume e vencimento dos títulos dos títulos federais para aquisição conforme seu ALM, solicitado parecer a consultoria de investimentos LEMA, não houve óbice a contratação do serviço.

O parecer elaborado pela consultoria LEMA conclui que a carteira administrada para negociação exclusiva de Títulos Públicos Federais é juridicamente viável e permitida pela Resolução CMN nº 5.272/2025. A análise destaca que a carteira administrada consiste em modelo no qual o RPPS delega a uma instituição habilitada a gestão operacional dos títulos públicos, dentro de parâmetros previamente definidos em contrato e mandato específico. O parecer ressalta que essa estrutura tende a ser mais adequada para RPPS com grande volume de recursos, necessidade de gestão ativa da curva de juros **ou ausência de estrutura técnica interna suficiente para acompanhamento tempestivo das operações.**

Segundo a consultoria, a principal vantagem da carteira própria está no maior controle direto da estratégia pelo RPPS, especialmente quanto:

à definição dos vencimentos;
ao alinhamento com o fluxo atuarial;
à estratégia de carregamento até o vencimento;
à aderência ao estudo de ALM;
e aos menores custos operacionais.

A análise enfatiza que, para o perfil atual do ITAPREV, não existe diferencial estratégico relevante na adoção de carteira administrada, uma vez que o próprio RPPS pode realizar a aquisição direta dos títulos públicos federais. A eventual vantagem seria apenas operacional, dependendo dos custos apresentados pela instituição administradora.

A LEMA recomenda que, caso o modelo seja adotado, o mandato da carteira seja extremamente objetivo e restritivo, contendo:



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Limitação exclusiva a títulos públicos federais;
Definição clara dos títulos permitidos;
Limites de duration ;
Parâmetros de liquidez ;
Política de rebalanceamento;
Metodologia de precificação;
Critérios de risco;
Hipóteses de desenquadramento;
Periodicidade dos relatórios;
Alinhamento obrigatório ao estudo de ALM.

O parecer também estabelece exigências rigorosas para eventual contratação de instituição administradora, exigindo:

Habilitação regulatória;
Classificação prudencial S1 ou S2 pelo Banco Central;
Experiência comprovada em renda fixa soberana;
Estrutura formal de compliance e gestão de riscos;
Segregação entre gestão, administração e custódia;
Profissionais com experiência mínima de 5 anos;
Transparência integral dos custos envolvidos.

Outro ponto relevante do parecer é a necessidade de adaptação da governança do RPPS. A adoção da carteira administrada exigiria:

Alteração prévia da Política de Investimentos;
Aprovação do Conselho Deliberativo;
Mudança do modelo de gestão de “própria” para “mista”;
Fortalecimento dos controles internos;
Supervisão contínua do Comitê de Investimentos;
Consolidação de todas as posições para verificação dos limites da Resolução CMN nº 5.272/2025.

De forma geral, o parecer fortalece o entendimento de que o ITAPREV vem estruturando uma política de aquisição direta de Títulos Públicos Federais com foco em:

Aderência atuarial;
Carregamento até o vencimento;
Redução do risco de reinvestimento;
Captura das atuais taxas reais elevadas;
Fortalecimento da governança;
e maior previsibilidade de longo prazo para o RPPS.

Na conclusão, a consultoria reafirma que não visualiza diferencial técnico na adoção da carteira administrada, sobretudo porque o RPPS possui capacidade de adquirir os títulos diretamente. Ainda assim, admite que o modelo pode ser viável caso a gestão entenda que ele contribui para melhor operacionalização das compras e maior agilidade na execução da estratégia definida pelo estudo de ALM.

O comitê de investimentos entende que devido a estrutura enxuta do RPPS a carteira administrada pode ser mais viável no momento, o comitê de investimentos aguarda o envio da proposta formal pela Caixa Asset para o serviço da carteira administrada contendo os custos da operação e volumes mínimos de recurso a serem transacionados



2) Letras Financeiras

O tema das Letras Financeiras (LFs) passou a ganhar grande relevância no mercado de RPPS entre 2024 e 2026, principalmente após:

- a limitação regulatória trazida pela Resolução CMN nº 5.272/2025;
- o aumento da busca dos RPPS por ativos de crédito privado de longo prazo;
- e os episódios recentes envolvendo instituições financeiras emissoras de LFs, especialmente o caso do Banco Master.

No cenário geral dos RPPS, as Letras Financeiras passaram a ser vistas como alternativa para:

- aumento da rentabilidade acima da meta atuarial;
- alongamento de carteira;
- captura de spreads elevados sobre CDI/IPCA;
- diversificação em relação aos fundos tradicionais de renda fixa;
- e melhoria do carregamento de longo prazo.

Entretanto, os acontecimentos recentes do mercado aumentaram significativamente a preocupação dos RPPS com:

- risco de crédito bancário;
- concentração excessiva em emissores;
- liquidez reduzida;
- dificuldades de saída antecipada;
- governança dos emissores;
- e risco reputacional para os institutos.

O caso do Banco Master acabou se tornando um marco importante nesse debate. Diversos RPPS possuíam posições relevantes em Letras Financeiras emitidas pelo banco e, após a liquidação extrajudicial da instituição, surgiram preocupações sobre perdas bilionárias em regimes próprios.

Dentro desse contexto, o que o Comitê de Investimentos do ITAPREV sinaliza é uma postura mais cautelosa, técnica e estruturada em relação às Letras Financeiras.

O comitê de investimentos registra oficialmente o:

“Plano de Contingência 01/2025 – Aquisição de Letras Financeiras”, demonstrando que o tema passou a ser tratado formalmente dentro da governança do RPPS, o Comitê passou a adotar algumas premissas importantes:

a aquisição de Letras Financeiras não deve ocorrer de forma oportunista ou puramente baseada em taxa;

é necessário fortalecimento dos controles internos e da análise de risco;

a escolha dos emissores precisa considerar qualidade prudencial e solidez institucional;

operações precisam estar alinhadas ao estudo de ALM e ao passivo atuarial;

a governança operacional deve ser reforçada antes de aumento relevante de exposição.

O posicionamento do Comitê demonstra que as Letras Financeiras vêm sendo tratadas mais como:



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

instrumento complementar de carteira;
alternativa pontual de carregamento;
e ativo de crédito que exige monitoramento intensivo.

Assim, o que o ITAPREV sinaliza publicamente é uma linha de atuação baseada em:

cautela;
governança;
análise técnica;
controle operacional;
aderência atuarial;
e priorização da segurança institucional antes da busca exclusiva por rentabilidade.

Resumo das aplicações do RPPS em Letras Financeira:

Título	Vencimento	Data Compra	Marcação	Valor Compra	Valor Atual	Retorno (R\$)
LF SANTANDER IPCA	18/05/2026	18/05/2023	CURVA (5,93%)	R\$ 10.000.000,00	R\$ 13.441.150,67	R\$ 3.441.150,67
LF BANCO DAYCOVAL IPCA	16/12/2026	16/02/2022	CURVA (7,23%)	R\$ 7.500.000,00	R\$ 11.148.523,42	R\$ 3.648.523,42
LF BRADESCO IPCA	17/09/2027	17/09/2025	CURVA (8,33%)	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.170.045,81	R\$ 170.045,81
LF ITAÚ IPCA	17/12/2027	17/12/2025	CURVA (8,31%)	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.278.889,08	R\$ 278.889,08
LF SANTANDER IPCA	08/05/2028	07/05/2024	CURVA (6,29%)	R\$ 10.000.000,00	R\$ 12.287.813,52	R\$ 2.287.813,52
LF ITAÚ IPCA	18/12/2028	18/12/2025	CURVA (8,21%)	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.164.735,26	R\$ 164.735,26
LF SANTANDER IPCA	23/04/2029	23/04/2024	CURVA (6,30%)	R\$ 10.000.000,00	R\$ 12.424.389,96	R\$ 2.424.389,96
LF SANTANDER IPCA	21/05/2029	19/05/2025	CURVA (7,52%)	R\$ 8.000.000,00	R\$ 8.892.463,26	R\$ 892.463,26
LF BANCO DAYCOVAL IPCA	02/10/2029	02/10/2024	CURVA (7,10%)	R\$ 5.000.000,00	R\$ 6.025.879,51	R\$ 1.025.879,51
LF ITAÚ IPCA	17/12/2029	17/12/2025	CURVA (7,95%)	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.272.257,57	R\$ 272.257,57
LF SANTANDER IPCA	20/05/2030	19/05/2025	CURVA (7,50%)	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.555.726,30	R\$ 555.726,30
LF BRADESCO IPCA	20/05/2030	19/05/2025	CURVA (7,75%)	R\$ 6.000.000,00	R\$ 6.696.048,26	R\$ 696.048,26
LF BANCO DAYCOVAL IPCA	25/10/2027	24/10/2024	CURVA	R\$ 5.500.000,00	R\$ 6.580.188,79	R\$ 1.080.188,79
LF BANCO DAYCOVAL IPCA	04/02/2030	03/02/2025	CURVA	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.858.231,19	R\$ 858.231,19

Valor Compra	Valor Atual	Retorno (R\$)
R\$ 87.000.000,00	R\$ 104.796.342,60	R\$ 17.796.342,60

Atualmente com a vigência da Resolução Nº5272/2025 e o nível I do Programa de certificação Pró Gestão, este tipo de ativo está momentaneamente vedado ao RPPS até certificação em nível superior ao Programa Pró Gestão.



3) BANCO MASTER

O caso do Banco Master se tornou um dos maiores episódios recentes de risco de crédito envolvendo RPPS no Brasil e passou a influenciar diretamente a forma como os Comitês de Investimentos vêm tratando Letras Financeiras e ativos privados.

O banco ganhou espaço no mercado oferecendo Letras Financeiras com taxas muito superiores às praticadas por bancos tradicionais, direcionando grande parte da captação para RPPS e investidores institucionais. As operações prometiam retornos elevados, muitas vezes acima da meta atuarial dos regimes próprios.

Com o agravamento da situação financeira do banco, investigações da Polícia Federal, CVM e órgãos de controle passaram a apontar:

- possível gestão temerária;
- concentração excessiva de RPPS em ativos do banco;
- fragilidade na análise de risco;
- suspeitas de irregularidades em operações;
- e problemas relacionados à governança e solvência da instituição.

Em novembro de 2025, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master, evento que impactou diretamente diversos RPPS expostos às Letras Financeiras do banco.

As investigações passaram a envolver diversos institutos previdenciários do país:

- Rioprevidência;
- Amazonprev;
- RPPS de Cajamar;
- Santo Antônio da Posse;
- Itaguaí;
- Maceió;
- entre outros.

Os principais problemas identificados pelo mercado e pelos órgãos de investigação foram:

- excesso de concentração em um único emissor;
- aquisição de Letras Financeiras subordinadas;
- baixa liquidez;
- dependência de carregamento até vencimento;
- e remuneração considerada incompatível com o nível de risco assumido.

Esse episódio acabou produzindo forte mudança regulatória e comportamental no mercado de RPPS:

- aumento das restrições regulatórias;
- endurecimento da Resolução CMN nº 5.272/2025;
- fortalecimento das exigências de governança;
- migração de vários RPPS para Títulos Públicos Federais;
- e maior preocupação com risco de crédito privado.

No caso específico do ITAPREV, o comitê de investimento sinaliza postura significativamente mais conservadora do que a observada nos RPPS investigados.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Os documentos publicados pelo comitê de investimentos no site do RPPS mostram que, quando o Comitê deliberou sobre Letras Financeiras, a preocupação central foi segurança institucional e qualidade do emissor, e não apenas rentabilidade.

As atas do comitê de investimentos registram que o Comitê deliberou pela aquisição apenas de Letras Financeiras de instituições consideradas sólidas e sistêmicas, especialmente:

Banco Bradesco;
e Banco Santander.

O Comitê justificou essa decisão afirmando que:

são instituições tradicionais e consolidadas;
possuem relevância sistêmica para a economia nacional;
apresentam maior segurança operacional e financeira;
e possuem peso relevante no mercado financeiro e no índice Ibovespa.

As atas ainda demonstram que o Comitê utilizou como fundamento:

diligência prévia;
análise de solidez institucional;
relacionamento já existente com os bancos;
e mitigação do risco de default semelhante ao observado em bancos médios internacionais em 2023.

Outro ponto importante é que há exposição ao Banco Master.

O que o ITAPREV sinaliza nas atas é que:
Letras Financeiras podem continuar sendo utilizadas;
porém de maneira extremamente seletiva;
com preferência por bancos sistêmicos;
alinhadas ao ALM;
com foco em carregamento até vencimento;
e sem assumir riscos excessivos de crédito privado.

Na prática, o Comitê parece ter interpretado o caso Banco Master como um alerta importante para o mercado de RPPS, reforçando a necessidade de:

governança robusta;
diligência técnica;
controle de concentração;
análise profunda de crédito;
e priorização de segurança institucional sobre busca agressiva de rentabilidade.



4) CARE11/HITARCIDES ADVOGADOS E ASSOCIADOS

O CARE11 é um fundo imobiliário híbrido voltado ao segmento “death care”, com investimentos em cemitérios, crematórios, serviços funerários e participações societárias no setor funerário brasileiro. O fundo ficou conhecido no mercado por sua tese bastante específica e pouco tradicional dentro dos FIIs.

No mercado, o CARE11 vem atravessando um período bastante delicado entre 2024 e 2026, marcado principalmente por:

- forte desvalorização das cotas;
- baixa liquidez;
- ausência ou redução relevante de dividendos;
- deterioração da confiança dos investidores;
- e aumento do desconto patrimonial (P/VP muito abaixo de 1).

Os dados recentes mostram:

- rentabilidade negativa acumulada em 12 meses;
- cotação negociando com grande deságio;
- deterioração do patrimônio;
- e dificuldade do fundo em recuperar valor de mercado.

O mercado passou a enxergar o CARE11 como um FII de risco elevado, especialmente por:

- tese muito nichada;
- ativos com liquidez reduzida;
- dificuldade de precificação;
- dependência de valorização patrimonial;
- e baixa previsibilidade de distribuição de caixa.

Em comunidades de investidores e análises independentes, o sentimento predominante sobre o fundo é bastante cauteloso. Muitos investidores apontam:

- falta de geração consistente de renda;
- problemas estruturais;
- e perda de confiança na tese de investimento.

Ao mesmo tempo, alguns analistas reconhecem que o setor funerário possui características defensivas e resilientes, já que se trata de atividade essencial e menos dependente do ciclo econômico. Porém, o consenso de mercado é que o problema do CARE11 não está no setor em si, mas:

- na estrutura financeira;
- na execução da estratégia;
- na liquidez;
- e na capacidade de monetização dos ativos.

No caso específico do ITAPREV, o Comitê de Investimentos vem demonstrando nas atas e relatórios uma postura de monitoramento e preocupação crescente com o ativo.

Os documentos do Comitê sinalizam principalmente:



acompanhamento próximo da deterioração do fundo;
preocupação com liquidez;
avaliação sobre impacto no patrimônio do RPPS;
e discussão sobre eventual estratégia de desinvestimento ou redução de exposição.

O Comitê também parece interpretar o CARE11 dentro de um contexto maior de mudança estrutural do mercado de RPPS após:

endurecimento regulatório;
maior foco em governança;
e redução da tolerância a ativos ilíquidos ou de difícil precificação.

Isso ajuda a explicar o movimento recente do ITAPREV de:

priorização de Títulos Públicos Federais;
fortalecimento do ALM;
busca por ativos de carregamento previsível;
redução de riscos estruturais;
e reforço da governança da carteira.

Outro ponto importante é que o cenário atual dos RPPS passou a favorecer:

ativos soberanos;
crédito de alta qualidade;
duration compatível com passivo atuarial;
e previsibilidade de fluxo.

Nesse ambiente, ativos alternativos e mais ilíquidos como o CARE11 passaram a sofrer maior pressão do mercado e maior escrutínio dos Comitês de Investimentos.

O que o Comitê do ITAPREV sinaliza, na prática, é uma postura mais conservadora e pragmática:

reconhecimento das dificuldades do fundo;
cautela quanto ao risco de liquidez;
preocupação com marcação a mercado;
e migração gradual para estratégias consideradas mais aderentes ao novo ambiente regulatório e atuarial dos RPPS.

Na carteira do RPPS desde 2018 a rentabilidade acumulada do fundo até então, projetasse a possível não recuperação do valor total investido, com este cenário, durante a realização do congresso RPPS2026: O que fazer? Realizado em Foz do Iguaçu/PR em fevereiro de 2026, durante a visita ao RPPS de Cascavel nos foi relatado que RPPS do estado do Paraná estariam contratando um escritório de advocacia para representação jurídica em ações contra ao fundo e seus prestadores de serviço e a consultoria de investimentos Credito e Mercado que deu parecer favorável a aplicação e a manutenção do ativo na carteira, mesmo a decisão do investimentos sendo do RPPS, a decisão pelo investimento/manutenção do ativo foi embasado pelos pareceres da consultoria.

Na visita ao IPMC nos foi fornecido o contato do escritório **HITARCIDES ADVOGADOS E ASSOCIADOS** sediado em Recife /BA que está assessorando os RPPS e agendamos reunião com o SR. Matheus representante deste escritório para alinhamento do que pode ser feito judicialmente contra



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

o fundo e consultoria de investimentos para possível reversão dos valores investidos aos cofres do RPPS.

Alinhado aos trabalhos do escritório os RPPS estão novamente se movimentando para convocação de nova AGC a fim de deliberar pela liquidação do fundo no médio prazo, sendo os ativos do fundo vendidos a valor patrimonial dirimindo assim a rentabilidade negativa acumulada da cota de mercado do fundo. Tanto o escritório quando a consultoria de investimentos LEMA deu parecer favorável a união do RPPS na tentativa de liquidação do fundo para findar a rentabilidade negativa e, a demonstração de diligência dos RPPS perante aos órgãos reguladores. Para muitos essa pode ser uma ultima tentativa de reversão de prejuízo antes da venda das cotas a valor de mercado devido ao enquadramento necessário que deve ser feito a na carteira de investimentos até fev/2028 devido a resolução Nº 5272/2025. A tentativa de venda a mercado pode ser mais prejudicial ainda a cotação do fundo devido a pouca negociabilidade do ativo, nos últimos dias de abril/2026 começo de maio/2026 o fundo de previdência de ITAPEVI/SP vendeu suas cotas, levando as cotas a ter desvalorização de 16% em somente um dia, demonstrando assim que o RPPS que optarem pela venda terão um deságio maior do que o de momento e deixando o ativo mais desvalorizado para os cotistas que ainda tem opção de se manter ou também vender suas cotas.

5) Reuniões

Durante o mês de abril o comitê de investimentos participou de reuniões individuais com os agentes do mercado:

Caixa Econômica Federal- 01/04

Nesta reunião além da apresentação do resultado dos fundos em carteira, readequação dos ativos da instituição a resolução Nº5272/2025 e opções de novos fundos de investimentos iniciou-se as tratativas sobre carteira administrada.

R3 Agentes autônomos- 23/04

Reunião para apresentação de plataforma para controle de ações pré e pós certificação ao pró gestão

Patriarca/Daycoval 29/04

Reunião solicitada pelo comitê de investimentos. Devido aos últimos acontecimentos com letras financeiras envolvendo o Banco Master e em alguns RPPS que adquiriram letras do Master e Também do Daycoval, devido ao desenquadramento da Instituição em relação ao Segmento S1 e S2 da resolução Nº5272/2025, o comitê de investimentos se reuniu de forma virtual com representantes do Banco e com o distribuidor dos fundos Daycoval Elanir. Foi explanando pelos membros do Banco que a instituição é sólida e não há risco de como ocorreu no Master. As letras financeiras que são alvos de investigação foram distribuídas por plataforma e o questionamento está nos processos internos dos RPPS de avaliação de ativos. Quanto ao segmento S1 e S3, atualmente a instituição enquadra-se no S3, devido ao crescimento e processos da instituição até o final de 2026, o Bacen automaticamente enquadrará a instituição no segmento S2, encerrando o atual desenquadramento dos ativos. O comitê ainda realiza visita in loco a instituição em data a definir.



6) Capacitações

Realizado no período de 08 a 10 de abril na cidade de Campos do Jordão/SP, o 22º Congresso Estadual de Previdência da APEPREM reuniu gestores, especialistas e representantes de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) para discutir temas relevantes à gestão previdenciária, como governança, investimentos, cenário econômico, atuária, compensação previdenciária e adequações às normas vigentes. O evento proporcionou atualização técnica e troca de experiências entre os participantes, contribuindo para o fortalecimento das boas práticas na administração dos institutos de previdência.

Destaca-se a participação dos membros do Comitê de Investimentos no congresso, acompanhando palestras e debates voltados à gestão dos recursos dos RPPS, análise de mercado e estratégias de investimentos, visando aprimorar a qualificação técnica e subsidiar decisões mais seguras e alinhadas às diretrizes da política de investimentos do instituto.


José Roberto dos Santos
Membro Comitê de investimento
CPA-10/CGRPPS/CP RPPS CGINV II


Alex Domingues de Castro Santos
Membro Comitê de investimento
CPA-10/CGRPPS/CP RPPS CGINV I


Rafael de Jesus Freitas
Membro Comitê de investimento
CPA-10/CP RPPS CGINV I